Ano 1 ▪ Número 10 ▪ Dezembro de 2011

Jornal do Sindct

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial

Interesses privados ameaçam INPE e DCTA

Páginas 6 e 7

Nossa Pauta Página 3

As lições de Casemiro Montenegro e o Programa Espacial Brasileiro hoje

Entrevista Página 5

Atenção: O INPE pode ficar fora de órbita

Ciência & Tecnologia Página 9

Bosque da Amazônia aproxima INPA da sociedade

Editorial

PLANO BRESSER: 17 anos de espera

Conquista é fruto da luta dos trabalhadores

Fechamos esta última edição do ano com o alegre fato positivo do pagamento de expurgos inflacionários do Plano Bresser, após 17 anos de demanda judicial. É inexplicável esta morosidade, mais da metade dos servidores que compuseram o corpo demandante já se aposentou. Por outro lado, os últimos servidores concursados nem se lembram daqueles tempos de inflação galopante, dos gatilhos de reajustes salariais e das lutas da classe trabalhadora pela integridade salarial.

Há que se separar o baixo valor percebido da vitória em si, que significa o quanto vale a organização da sociedade em grupos de representação. É a validação do regime democrático, ainda que com suas limitações a serem vencidas.

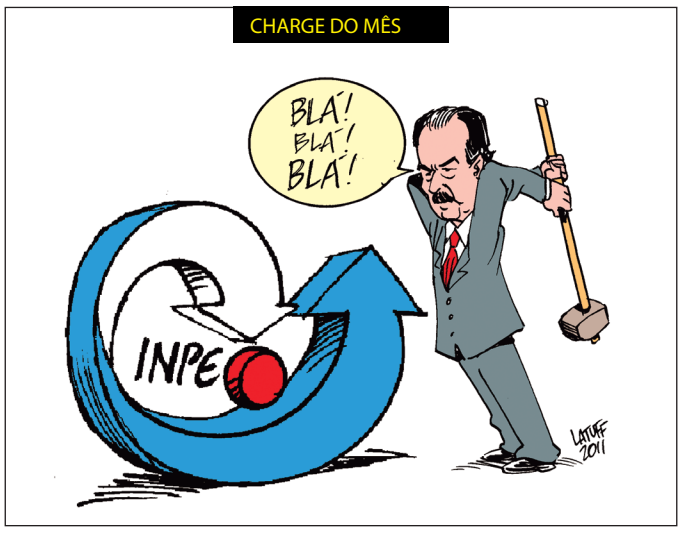
Outro aspecto evidenciado por este episódio diz respeito aos dramas que envolvem a consolidação de um país. A agenda do Brasil pautou o domínio das tecnologias espaciais, mas não o prestigiou politicamente. Isto fica patente ao se observar o número de servidores que estão sendo pagos. São 5.426 pessoas que, em abril de 1988, estavam diretamente ligadas ao desenvolvimento de satélites e foguetes, no INPE e no DCTA.

Decorridos 23 anos, este contingente de trabalhadores foi reduzido à metade e o Programa Espacial Brasileiro amargou atraso e timidez na condução dos projetos.

Ao contrário do que muitos dizem, o **Programa Espacial Brasileiro** decolou, enfrentou com coragem os obstáculos e alcançou resultados expressivos no sentido da sua missão. Descobriu que as dificuldades eram maiores do que se pensava e desanimou, adoeceu, empobreceu e entrou em ritmo de espera da aposentadoria.

Não é preciso mudá-lo radicalmente, nem apresentar planos mirabolantes para o futuro e tampouco importar técnicas avançadas de gestão. Nada disso surtirá efeito se antes a sociedade não responder à questão fundamental: o Brasil quer ter autonomia no setor espacial? A se considerar o abandono e o desmonte evidentes, parece que não.

CHARGE DO MÊS



Jurídico http://www.sindct.org.br

TRABALHADORES saem vitoriosos em batalha judicial

SindCT inicia pagamento do Plano Bresser

O SindCT iniciou em dezembro o pagamento aos servidores do DCTA e INPE referente ao processo do Plano Bresser

Fotos: Fernanda Soares

O pagamento aos servidores do INPE foi realizado no Rotunda – INPE/São José dos Campos

Fizeram parte do processo 5.231 servidores, sendo 3.426 do DCTA e 1.804 do INPE, conforme relação fornecida pelas respectivas instituições. Tiveram direito os servidores ativos entre os dias 1 e 7 de abril de 1988. O valor de cada servidor é proporcional ao salário da época e ao número de dias de abrangência.

Este processo foi proposto pelo SindCT, em nome da categoria, em maio de 1992, contra expurgos inflacionários do Plano Bresser (junho/1987), da URP de abril e maio de 1988 e do Plano Verão (fevereiro/1989).

Após perder em primeira instância, o SindCT recorreu ao TRT da 15ª Região, que deu provimento parcial, fixando o direito a correção salarial dos sete primeiros dias do mês de abril de 1988. A União não recorreu do mérito, mas provocou grande discussão sobre os cálculos dos valores. Após a justiça ter homologado um dado valor, houve substituição dos advogados do sindicato. A equipe do Dr. Sodero, responsável até hoje pelo departamento jurídico do SindCT, verificou então um erro material. Trabalhando habilidosamente convenceu a Justiça do problema e, por sua ação o valor original foi amentado em mais de10 vezes.

A União utilizou de todos os recursos possíveis e tentou levar a discussão dos cálculos ao STF, mas o TST em Brasília colocou um ponto final aos recursos, inclusive multando a União por tentar inviabilizar o pagamento. Os quinze volumes do processo ilustram o tamanho da luta por este direito dos servidores do INPE e DCTA. Poucos trabalhadores brasileiros tiveram este direito respeitado, pois em dado momento o STF o extinguiu.

A ação atravessou diversas gestões de presidentes do SindCT: Amândio Balcão, Francisco Conde e Fernando Morais, até o atual, Ivanil Barbosa. Teve especial participação o diretor Clóvis Tadeu, que acompanhou todo o processo junto aos advogados do SindCT. Estas diretorias e o corpo jurídico do nosso sindicato muito se esforçaram para o bom andamento da ação, não desanimando em tempo algum, mesmo diante das demoras típicas das ações no nosso país.

Os servidores que não puderam comparecer à data chamada pelo SindCT podem receber o cheque na sede do SindCT pessoalmente ou através de procuração.

Servidores do DCTA receberam seus cheques no Memorial Aeroespacial Brasileiro

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30 de agosto de 1989 ▪ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ▪ CEP 12.243-630 ▪ São José dos Campos - SP ▪ Tel/fax: (12) 3941-6655 ▪ Responsabilidade editorial: a diretoria ▪ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ▪ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ▪ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ▪ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ▪ Reportagem: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ) e Sheila Jacob ▪ Designer: Daniel Costa

ÁREA ESPACIAL: A lição de Montenegro não pode ser esquecida

Estratégia nacional deve conter recursos humanos e desenvolvimento tecnológico

A história da indústria aeronáutica brasileira é rica de ensinamentos, os quais devem ser relembrados no atual momento do Programa Espacial Brasileiro

Da Redação do Jornal do SindCT

Poucos se recordam que diversas iniciativas de implantar a indústria aeronáutica brasileira foram tomadas e todas redundaram em enorme fracasso. Foram, em sua maioria, baseadas na estratégia de se implantar fábricas de aeronaves em território brasileiro através do licenciamento de tecnologias. Ou seja, fabricantes internacionais trouxeram projetos de suas matrizes e auxiliaram a implantação de linhas de produção no Brasil. Os exemplos são muitos, entre os quais podemos citar a fábrica de aviões da Companhia Nacional de Navegação Aérea, que produziu mais de duas centenas do modelo PT 19 Fairchild, a CNNA, a Fábrica de Lagoa Santa etc.

Há grandes méritos nesses projetos. Mostram a determinação de se consolidar o setor aeronáutico no Brasil. O equívoco estava na estratégia. O fato é que, apesar de hercúleos esforços de abnegados engenheiros e empresários, ao final da Segunda Guerra, a indústria aeronáutica brasileira retornava à estaca zero, com poucas exceções. Destacam-se a Companhia Aeronáutica Paulista, construtora do modelo CAP-4 Paulistinha, que sobreviveu até a década de 50, e a Neiva, incorporada posteriormente pela Embraer.

Desenvolvimento da área espacial

Exatamente nessa época, uma nova estratégia estava em elaboração. Em 1944, o então tenente-coronel Casemiro Montenegro levava ao presidente Getúlio Vargas os detalhes. Trazer professores do renomado MIT, implantar o ITA e, posteriormente, os institutos de pesquisa do CTA. Foi exatamente num desses institutos, o antigo IPD, que o Bandeirante pode ser projetado e construído, dando origem à Embraer. Essa história de sucesso é conhecida por todos.

Segundo alguns historiadores, Getúlio Vargas perguntou ao tenente-coronel Montenegro, por que implantar o ITA. Não seria mais oportuno e mesmo mais barato enviar os alunos ao MIT? Casemiro Montenegro respondeu categórico que se assim fosse feito, jamais o Brasil teria uma indústria aeronáutica. Essa resposta mostrou o ponto fundamental de sua estratégia.

Seguindo a sabedoria de Montenegro, a área espacial iniciou a formação de recursos humanos e desenvolvimento de tecnologias.

Consolidação veio com o INPE

No caso específico de satélites e plataformas orbitais, a engenharia espacial foi consolidada no INPE em 1985.

Dois satélites tipo SCD´s foram construídos pelos engenheiros do instituto e colocados em órbita e ainda estão em operação, atendendo ao Sistema de Coleta de Dados. Também, três satélites foram desenvolvidos em parceria com a China e colocados em órbita pelos lançadores chineses da categoria Longa Marcha. O CBERS-1, posto em órbita em outubro de 1999, o CBERS-2 em outubro de 2003 e o CBERS-2B, em setembro de 2007. No início de 2004, foi iniciado o desenvolvimento da nova geração de satélites em parceria com a China – CBERS 3/4.

Uma política industrial ousada foi adotada para o desenvolvimento dos subsistemas e equipamentos sob a responsabilidade brasileira. Todos esses subsistemas e equipamentos foram projetados e fabricados integralmente no país. O lançamento do CBERS 3, satélite na faixa de 2 toneladas, está previsto para novembro de 2012.

Há diferentes tipos de satélites para diferentes aplicações, como meteorologia, comunicações, observação da Terra, navegação, ciência, vigilância e mesmo para testar novas tecnologias.

Entre esses, os satélites de comunicações podem ser destacados. Em sua maioria, são colocados numa órbita denominada de geoestacionária, com raio médio de 36000 km. O período orbital é de 24 horas, de tal forma que esses satélites permanecem "estacionários" sobre determinada região do planeta. Por essa característica fundamental para comunicações, as posições nessa órbita são muito disputadas.

Nos anos 70, o Brasil passou a usar o sistema americano Intelsat. Nos anos 80, o país adquiriu, através de licitação internacional, o seu primeiro satélite, o Brasilsat, operado pela Embratel. Com a adoção das políticas de privatizações do governo nos anos 90, a operação desses satélites passou para empresas estrangeiras, como por exemplo, a Star One. As autorizações para que essas empresas operem no Brasil, incluindo a regulamentação é feita pela Anatel.

Um satélite operado pelo Estado

Desde essa época, a área de Segurança Nacional e Defesa tem reclamado pela necessidade legítima de um satélite que atenda adequadamente a suas exigências e que não seja operado por empresas comerciais. A aquisição através de licitação internacional é, a nosso ver, o caminho mais adequado para atender a essa demanda. O INPE e a AEB poderiam auxiliar na especificação desse satélite.

Ocorre que, em vez de uma aquisição no mercado internacional, já realizada em outras épocas, tem sido divulgado que se estabelecerá no Brasil um fabricante de satélites. A estratégia escolhida possui muitas das características daquela tentada no passado, a qual levou ao fracasso as várias tentativas de implantação da indústria aeronáutica.

A lição de Montenegro

Há ainda dois enormes agravantes. Primeiro, o mercado de satélites, diferente do setor de aeronaves, é extremamente restrito, mesmo na área de comunicações. O segundo e mais grave ponto é que toda a capacitação, já bem consolidada no país, parece estar sendo ignorada. A possibilidade concreta de se estabelecer uma estratégia semelhante àquela que efetivamente estabeleceu a vitoriosa indústria aeronáutica brasileira está sendo desprezada. Será que o exemplo dado por nossa história e a sabedoria de Montenegro foram esquecidos?

Os jovens do ITA, uma das melhores instituições acadêmicas em engenharia, no Brasil, não olham mais para o INPE e o DCTA. Baixos salários os afastam e os levam para outras instituições.

Biblioteca do ITA, projetada por Oscar Niemayer

Acervo do ITA

ASTRONOMIA em Atibaia

Rádio-observatório de Itapetinga: um dos mais modernos do mundo

Antena de radiotelescópio do INPE em Atibaia está em operação há 38 anos

Por Fernanda Soares

Fundado em 20 de outubro de 1973 por Pierre Kausmann, o Observatório de Radioastronomia e Astrofísica de Itapetinga - conhecido popularmente como Observatório do Mackenzie - é um dos mais modernos do mundo, segundo especialistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Encravado na Serra do Itapetinga, o rádio-observatório está localizado numa região mais afastada, a cerca de 20 minutos do centro da cidade de Atibaia. O local pertence à Universidade Presbiteriana Mackenzie e hoje é mantido pelo INPE. Lá se desenvolve a radioastronomia, um ramo da astronomia que estuda os corpos celestes medindo suas ondas eletro-magnéticas.

O equipamento principal do rádio-observatório é uma imensa antena de 13,7 metros de diâmetro. Considerada o maior radiotelescópio em atividade no país, a antena pesa cerca de cinco toneladas, considerada bem leve para o seu tamanho. Por isso, ela é envolvida por uma redoma com 80% de transparência que a protege do vento e da chuva. O que mais atrapalha a precisão no trabalho da radioastronomia é o ruído elétrico, como a faísca do motor de um carro. Por esse motivo, o local precisa ser mais ermo. "O ideal seria estarmos dentro de uma cratera de um vulcão extinto, protegido eletricamente por todos os lados", explica o técnico José Luiz Monteiro do Vale.

O técnico José Luiz Monteiro do Vale explica que o que mais atrapalha a precisão do trabalho de radioastronomia é o ruído elétrico, por isso o local tem que ser o mais isolado possível

Pesquisadores de todo o país podem solicitar uso do rádio-observatório

O rádio-observatório de Atibaia é uma essencial ferramenta de estudo para pesquisadores brasileiros, principalmente para físicos, astrônomos e matemáticos. Os interessados enviam seus estudos e fazem o pedido para usar o equipamento.

"Quem tem o trabalho aprovado por um colegiado de doutores vem para o observatório e fica cerca de 15 dias aqui usando a estrutura", explica o astrônomo. Para isso, o Rádio-Observatório do Itapetinga mantém cinco dormitórios e uma estrutura para receber esses pesquisadores.

Durante a visita do **Jornal do SindCT**, encontramos o aluno de doutorado da USP, Pedro Paulo Beaklini, que explicou a vantagem dessa antena: "existem antenas mais modernas, porém é aqui que conseguimos detectar se há mudanças, pois podemos repetir a observação. Esse é o diferencial do Rádio-Observatório de Atibaia."

Servidores do INPE de Atibaia sofrem com abandono

Por ser muito antiga, muita gente não entende a importância da antena. O Rádio-Observatório do INPE em Atibaia acaba esquecido. Por estar localizado em área rural, sofre constantemente com quedas de energia. Outra queixa dos servidores é em relação à internet, que é via satélite, de baixa velocidade (600 kb), alto custo e fica fora do ar todas as vezes que ocorre chuva forte.

A falta de pessoal, assim como em outras unidades do INPE, também atinge o rádio-observatório. Atualmente dois técnicos se revezam para realizar o trabalho que deveria ser feito por quatro funcionários. A falta de engenheiros é contornada com engenheiros de São José dos Campos ou da USP. A carência de investimentos em qualquer esfera do Programa Espacial Brasileiro está presente em todas unidades do INPE e DCTA.

Vista externa do rádio-observatório, em Atibaia. A antena do maior rádio-telescópio do país tem quase 14 metros de diâmetro

Fotos: Fernanda Soares

CONVERSA COM TATIANA MERLINO* da revista Caros Amigos

O INPE pode ficar fora de órbita

Risco de terceirização e privatização do Programa Espacial Brasileiro mostra quadro de desmonte do setor iniciado nas décadas de 1980-90

Da Redação do Jornal do SindCT

Em maio deste ano, a jornalista Tatiana Merlino* fez uma longa reportagem sobre o Programa Espacial Brasileiro para a revista Caros Amigos. Falou com os diretores do SindCT e entrevistou longamente o gerente de projetos do INPE, Amauri Silva Montes, que está no instituto há mais de 40 anos. Tatiana ouviu relatos apaixonados pelo trabalho dos Institutos, mas preocupados com seu futuro. Conheça um pouco da perspectiva da jornalista a partir dos depoimentos que ela colheu em São José.

Arquivo pessoal

A reportagem de Tatiana Merlino foi publicada na edição de junho da Caros Amigos

Jornal do SindCT: **Tatiana qual a síntese que você faz da sua reportagem no INPE e DCTA?**

Tatiana: A condução do Programa Espacial Brasileiro está ameaçada de terceirização e privatização. Após duas décadas de esvaziamento dos órgãos ligados ao setor, com poucas contratações e salários defasados, o governo brasileiro vem estudando a inclusão do setor privado na execução e gerenciamento do programa espacial, hoje sob responsabilidade dos dois institutos.

Jornal do SindCT: **Podemos resumir o perigo que ronda INPE e DCTA com a palavra privatização?**

Tatiana: É isso que vem sendo sinalizado por Marco Antonio Raupp desde que assumiu a presidência da Agencia Espacial Brasileira (AEB), em março deste ano. Entre as mudanças que Raupp vem defendendo está a que permite que empresas possam ser *prime contractors*, exercendo a função integradora dos projetos de satélites e lançadores, hoje a cargo do INPE e DCTA. *Prime contractor* ou *main contractor* são os nomes dados à instituição executora responsável pelo projeto da missão espacial, que pode ser um órgão público ou uma empresa privada. Conforme Amauri explicou na época, o *prime contractor* é quem faz a concepção, todos os planos de desenvolvimento e contrata a indústria para fazer aquilo que deseja, da forma que deseja e é fiscalizado da maneira que deseja.

Jornal do SindCT: **É verdade que já há várias empresas prontas para abocanhar os dois institutos? Isso aparece nas palavras de Raupp?**

Tatiana: Sim. Em artigo ele defendeu a constituição de "uma empresa integradora", capaz de fornecer sistemas espaciais completos (satélites, foguetes e sistemas de solo) e que favoreça a organização de uma cadeia produtiva de fornecedores e serviços do setor espacial, orientada para os mercados interno e externo. Mas, segundo Raupp, a ênfase na participação do setor privado não implicará em privatização do INPE ou do CTA.

Jornal do SindCT: **Na sua longa entrevista com Amauri ele deu nome aos bois, a começar pela Odebrecht. É isso?**

Tatiana: Amauri cita a compra da Mectron Engenharia (fabricante de mísseis e de produtos de alta tecnologia para o mercado aeroespacial) pela Odebrecht, que atua na área de engenharia civil e está entrando na área de defesa. Ele disse que foi uma das coisas que mais o impressionou e sobre a qual começaram a conversar no INPE. Para ele, a Odebrecht está querendo adquirir histórico na área de defesa. Amauri falou que, quando soube, "acenderam todas as luzes", porque eles só entram onde há recursos, no caso, a área de defesa. E, talvez, a área espacial entrasse no pacote.

Jornal do SindCT: **O presidente da AEB, Raupp, fala que INPE e DCTA apresentam resultados fracos.**

Tatiana: O presidente da AEB Marco Antonio Raupp também vem criticando o Programa Espacial Brasileiro, que teria "um histórico de poucos resultados, atrasos e baixa prioridade em comparação com outras políticas públicas". O próprio SindCT admite que há um atraso na entrega dos satélites, mas um dos motivos é o déficit de trabalhadores nos institutos, suspensão de concursos públicos para reposição da força de trabalho e salários defasados.

Jornal do SindCT: **Para os servidores dos institutos o central é combater a ameaça de transferência da função de *main contractor* para a iniciativa privada?**

Tatiana: As palavras do Amauri, com sua longa experiência, são claras. Ele afirmou que não se pode vacilar na defesa estratégica de se manter a presença do INPE na gerência dos projetos de satélites como *main contractor* porque isso garante o controle e a tecnologia envolvida nas mãos do Estado. Para os servidores, um programa espacial forte requer instituições públicas com equipes de engenheiros e técnicos treinados e reciclados em instituições internacionais, laboratórios modernizados e financiamento adequado.

Jornal do SindCT: **Uma das ideias básicas para defender o fortalecimento do INPE e do DCTA é garantia da soberania nacional. Você ouviu isso nas entrevistas?**

Tatiana: Isso ficou claríssimo em todos os entrevistados. Amauri disse que o domínio da tecnologia é essencial tanto para a defesa quanto para o desenvolvimento do país. Segundo ele, se não tivermos domínio da tecnologia, pode-se fazer grandes coisas, como uma montadora de satélites, de foguetes, mas sem ter o controle da soberania do país. Entre as consequências da transferência da condução do programa espacial dos institutos do Estado para a iniciativa privada, está a "submissão absoluta" a quem detém a tecnologia.

Para os servidores, um programa espacial forte requer instituições públicas com equipes de engenheiros e técnicos treinados e reciclados em instituições internacionais, laboratórios modernizados e financiamento adequado.

**Tatiana Merlino é jornalista e repórter da Revista Caros Amigos. Contato: tatianamerlino@carosamigos.com.br*

SETOR ESPACIAL: O desmonte do Programa Brasileiro

Estudo da Câmara dos Deputados revela quadro triste e lamentável

O Programa Espacial Brasileiro patina, derrapa e regride a olhos vistos. O atraso nos humilha e humilha a nação brasileira.
A China, nossa parceira de peso, já deu o ultimato: ou o Brasil entrega o CBERS 3 em novembro de 2012, ou eles acabam com a parceria. É cheque-mate e o risco de fim na única relação forte neste setor.

Por Fernando Morais

A situação vivida hoje pelo Programa Espacial Brasileiro tem suas causas não somente nos tempos recentes, mas em ações impetradas pelos diversos governos que se sucederam, desde Collor de Mello. Desinteresse, desvio de objetivos, terceirização das funções estratégicas, inversão das prioridades, cortes de verbas e de pessoal. Uma lista imensa de ações ou omissões levaram a este estado de calamidade que, sem medo, podemos chamar de "A tragédia espacial brasileira".

Podemos evidenciar basicamente quatro linhas de ação (ou omissão) por parte dos diversos governos que convergem para a extinção do programa espacial como ferramenta de soberania e segurança nacional.

- Limitação orçamentária permanente
- Falta dramática de recursos humanos e salários não atraentes para a atividade
- Ausência de uma política de Estado para o setor
- Criação de substitutos funcionais ou "concorrência desleal institucionalizada".

Recentemente, o Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados apresentou um trabalho sobre a Política Espacial Brasileira. O quadro é triste e lamentável. Não temos conhecimento ou sinalização de que após este trabalho algo positivo tenha sido feito.

Falta de recursos humanos

À exceção do impulso inicial do Programa Espacial Brasileiro, no começo da década de 1980, nunca mais ocorreram contratações de pessoal em quantidade suficiente. Nem mesmo para reposição. Com a criação da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), à luz do Programa Espacial Brasileiro que previa a construção de satélite e seu veículo lançador, sob as responsabilidades do INPE e DCTA, foi feita a única leva de contratações significativas para o setor espacial. Jovens engenheiros e técnicos, analistas e físicos carregados de sonhos e ambições foram selecionados.

Desde aquela data, pouco ou nada mudou no quadro de pessoal. Na verdade mudou. Para pior. Vejamos:

- Evasão devido aos baixos salários ou por desmotivação profissional causada pelo desvirtuamento da missão
- Aposentadorias por estímulos negativos
- Aposentadorias por tempo de serviço em função do envelhecimento

Esta sangria de pessoal nas instituições do setor espacial, sem o equilíbrio das reposições, destrói dois pontos fundamentais para a existência do desenvolvimento científico e tecnológico:

A) O conhecimento adquirido ao longo dos tempos.
B) A desvalorização do elemento humano no ambiente coletivo, que podemos chamar de desmotivação pelo desinteresse governamental.

Os números desta perda de pessoal e a necessidade de sua reposição nas duas instituições, DCTA e INPE são conhecidos de todos, são incontroversos, mas nada se faz no sentido de se reverter ou pelo menos atenuar o déficit.

No INPE, o número apresentado hoje para a continuidade das missões sob sua responsabilidade gira em torno de 600 servidores, que deveriam ser contratados com a máxima urgência.

No DCTA este número é bem maior, porém a proporção é a mesma e o "buraco" é mais crítico pelo fato de o DCTA ser uma instituição mais antiga, logo, mais aposentadorias vem ocorrendo. Cerca de 1300 novos servidores precisam ser contratados e, desse número, mais de 500 para Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), encarregado de desenvolver os foguetes, veículos lançadores.

A China, que no início da década de 1980 assinou com o Brasil a Cooperação de Satélites de Sensoriamento Remoto (CBERS), levou a sério seu compromisso e determinou como estratégico o seu programa espacial.

Enquanto o Brasil tenta entregar o CBERS 3, já bastante atrasado, a China planeja missões à Lua e a Marte. Jovens chineses que hoje trabalham no projeto CBERS, nem eram nascidos quando do início da cooperação, enquanto no Brasil nossos engenheiros e analistas ainda são os mesmos - dos que sobraram das aposentadorias e outras causas - sem perspectiva de nenhuma evolução do quadro e com a maioria dos servidores prestes a se aposentar.

Problemas

O Governo Federal tem sido, ao longo do tempo, muito habilidoso em inventar desculpas para não contratar para o setor espacial. Desculpas baseadas em crise, ajuste fiscal, equilíbrio financeiro, modelo neoliberal de "enxugamento" da máquina (enxugar o que já é muito deficitário?), enfim, malabarismo semântico, atendendo as pressões das mídias, das oposições e de talvez interesses externos ao setor. Vergonhoso, insensato e antieconômico, pois se investe à "meia boca", com colocação de algum recurso financeiro e humano, insuficiente para se atingir as metas.

Não acreditamos que os agentes do governo queiram atingir qualquer coisa em termos de independência tecnológica e soberania.

Gasta-se no setor de forma temporal e não se pereniza o sucesso, a conquista tecnológica. Uma atitude burra.

A luta no Ministério do Planejamento (MPOG) para que a área consiga autorização para concursos ou criação de vagas é desigual e cruel, na qual a interlocução no MPOG tem o discurso histórico do não: "não tem" ou "não pode". Mantém-se a postura da política neoliberal da década de 1990.

Manobras orçamentárias

Os que vem tentando administrar o DCTA e o INPE ao longo dos últimos 25 anos conhecem os cortes que estas instituições sofreram. Em que pese o acréscimo de verbas nos últimos quatro anos, a situação é ainda bastante prejudicial ao Programa Espacial. São verbas para grandes contratos, dinheiro totalmente "carimbado" para uma operação única e específica, mas que não permitem ao administrador manter laboratórios e unidades de trabalho funcionando sem que se improvise para contornar o problema.

São frequentes os cortes nas viagens de quem tem projetos e cooperações mundo afora, diárias, combustível, chegando ao cúmulo de não saldar pagamentos. Isso sem falar nos contingenciamentos impostos pelo governo Federal nas verbas já alocadas para as instituições.

Os investimentos do governo no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) no desenvolvimento de produtos e serviços teve valor médio anual entre 2000 e 2010 de algo em torno de R$ 100 milhões, valor muito aquém do que se espera de uma nação que quer ser soberana.

Nos dias atuais este número passa a ter um salto significativo, mas que é falso, pois é devido a compras, no exterior, de satélites fechados, lacrados aos nossos engenheiros. Assim como de centros de lançamento de foguetes com cooperação via a binacional Alcântara Ciclone Space, onde tudo nos evidencia que nós brasileiros entramos com o dinheiro e a Ucrânia com o bolso.

Terceiriza afastam ju

O Governo Federal terceiriza o setor com bolsas magras, estágios "quebra galhos" e empresas temporárias para atender necessidades emergenciais, como o caso dos operadores para rastreio dos satélites, meteorologistas para o CPTEC e outros.

Trabalhos incipientes, sem vinculação institucional, temporários e sem continuação ou transferência do conhecimento passam a ser as bengalas das instituições. Acaba o "conhecimento" quando o trabalhador, bolsista ou

Setor espacial está dormindo com o inimigo

Sobre soberania nacional e transferência de tecnologia nada se faz ou se fala.

Hoje o setor espacial brasileiro vem sofrendo ataques violentos por parte de setores e pessoas que procuram desmontar o programa. Eles se apóiam no imenso atraso das atividades para justificar seus discursos atacando INPE, DCTA e o Programa Espacial Brasileiro, mas não levantam a cabeça para acusar os verdadeiros responsáveis pelo atraso e os baixos resultados.

O IAE tem a responsabilidade de desenvolver os lançadores de satélites para as missões que o Brasil se determinou, porém devido a toda esta visão míope dos governos ao longo do tempo e à óbvia má condução das políticas internas institucionais, não se cumpriram os cronogramas e, consequentemente, não temos veículos lançadores.

Por que?

Falta significativa de pessoal, falta de aporte e continuidade de recursos para desenvolvimento e estruturação, distorção de foco, gerências meramente curriculares.

O DCTA

No DCTA a chefia militar, na grande maioria dos casos, cumpre um período curto nos comandos vitais da instituição, e um, dois ou três anos após, segue a carreira profissional fora da atividade.

O acidente de Alcântara matou 21 especialistas e destruiu a torre de lançamentos,que levou lamentáveis 11 anos para ser reconstruída. A impressão clara que fica é que se atrasou intencionalmente o programa de lançadores e agora apostam-se as fichas na Alcântara Ciclone Space (ACS).

Sumidouro de dinheiro

A ACS é um sumidouro de dinheiro brasileiro. Ao nosso ver, sem nenhuma condição de retorno, seja financeiro ou de evolução tecnológica. Ao "parceiro da ACS", a Ucrânia não há a responsabilidade legal ou moral de passar as tecnologias de ponta que tanto nos interessam.

Para o INPE a coisa não é diferente. Depois de imensas seqüências de ações que quase paralisaram o CBERS 3, parece - e esperamos - que será entregue em novembro de 2012, com dois anos de atraso. Os satélites científicos foram "abortados" no nascedouro, por políticas institucionais erradas por parte da direção da instituição e visão torta ou tendenciosa do então diretor Gilberto Câmara para, logo depois, a instituição adotar o que na atualidade chamam plataformas multimissão (PMM). Embora houvesse conhecimento e tecnologias oriundas dos SCD's e SACI (satélites de pequenos tamanhos), os projetos MIRAX e EQUARS foram encerrados para reforçar a PMM.

Agora, o atual governo, com o também atual presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Marco Antônio Raupp, brinda o INPE com alguns ataques contundentes à sua sobrevivência.

Ataque 1

Raupp propõe a fusão do INPE com a AEB, onde o INPE entraria com seu patrimônio tecnológico e seu prestígio e a AEB passaria a ser a instituição nacional que teria capacidade de gerenciar e fazer o programa de satélites brasileiros. O que restasse do INPE viraria pó em poucos anos e só existiria então a AEB. A intenção morreu no ninho, por reação da comunidade e pela própria incoerência da tentativa.

Ataque 2

O segundo e mais contundente ataque de Raupp à integridade do INPE foi seu discurso e suas ações junto ao governo pela descaracterização da competência do INPE para conduzir ou participar do desenvolvimento de satélites geoestacionários.

Logo que assumiu o cargo de presidente da AEB, em discurso na Academia Brasileira de Ciências, Raupp metralha o DCTA e INPE, mostrando a que veio e diz que empresas como Odebrecht e Embraer (presentes ao evento) deveriam "participar" dos projetos do programa espacial.

Por coincidência, a Odebrecht, logo depois, comprou sua participação na MECTRON, empresa de São José dos Campos e com alguns projetos no INPE e DCTA.

Meses depois o Governo Federal decide que a Embraer vai ser a *prime contractor* dos satélites geoestacionários da Telebrás, que é do Governo Federal.

O INPE, que detém ainda muita tecnologia e conhecimento para satélites, fica fora e a Embraer, que nunca fez nada no setor espacial, leva o "filé mignon" da coisa. Vai comprar a caixa fechada no exterior. Sobre soberania nacional e transferência de tecnologia nada se faz ou se fala.

ção e salário baixos
uventude do Programa Espacial

terceirizado, vai embora seguir sua vida. Tudo isso é questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que cobra do governo vagas preenchidas por concurso público.

Surge, então, mais uma manobra da União. Inventou-se uma lei que cria o contrato temporário "definitivo" no setor espacial, onde o concursado contratado terá contrato de trabalho por um ano, prorrogáveis por mais dois e, depois, mais dois. Ao final de no máximo cinco anos, este servidor temporário sai em definitivo da instituição e tudo o que aprendeu vai embora junto com ele. Na avaliação da comunidade do INPE e DCTA os concursos temporários deveriam nunca ter existido para este setor.

Salário

A questão salarial é outro ponto que prejudica o setor espacial, pois esta carreira só consegue sucesso tecnológico e científico com o aporte de material humano da maior qualidade e especialização.

Os salários, porém, não atraem este pessoal, que prefere ingressar na Receita Federal, órgãos auditores ou no sistema financeiro privado.

Aliás, o ITA, que está melhor preparado para a formação de pessoal para o setor, não tem fornecido engenheiros para o INPE e DCTA pelo fato de que estes jovens têm opções muito melhores do que ir para o setor espacial.

Os reajustes salariais para a C&T são outro desastre, causado por uma visão medíocre e míope por parte do Ministério do Planejamento. O governo é o "patrão", ele mesmo faz as leis e conduz as discussões salariais. As negociações salariais para o setor de C&T têm sido extremamente difíceis. Durante o governo FHC não havia sequer interlocução e, se por milagre, havia quem nos ouvisse, não havia retorno. Hoje, o Governo Federal quando dá algum aumento salarial para a carreira de C&T - obtido depois de três anos ou mais de discussões -, leva mais quatro ou cinco anos para novo reajuste, que normalmente não cobre as perdas inflacionárias do período, desvalorizando o servidor e a carreira e evidenciando mais ainda o desrespeito para com o setor.

Programa Espacial como política de Estado

Estratégia Nacional de Defesa não significou avanços.

Hoje o Programa Espacial Brasileiro não faz parte de uma política de Estado, independente de governos, diretores ou gestores, permita que os interesses da nação sejam protegido dos interesses pessoais ou de grupos.

O Programa Espacial como política de Estado é uma cobrança antiga do SindCT. Em diversos fóruns de atuação e execução a entidade tem reafirmado a necessidade e cobrado sua implementação.

Estratégia de Defesa

Recentemente, durante o governo Lula e sob sua articulação, foi criado o decreto Estratégia Nacional de Defesa (END), no qual o Programa Espacial e mais duas áreas de suma importância - a nuclear e a de informação -, configuram as necessidades para garantir a segurança e a soberania nacional.

Desde então, não se observou nenhum sinal de avanços na direção da continuidade do Programa Espacial.

Pelo contrário, baseado na END excluiu-se o INPE do desenvolvimento ou ao menos envolvimento nos satélites geoestacionários e, em detrimento do IAE, está ocorrendo a valorização do acordo Brasil Ucrânia.

A nação perde, assim, uma grande oportunidade de começar sua recuperação no setor espacial, dívida que os diversos governos têm com o povo brasileiro. É lamentável o que ocorreu e ocorre. Pelo andar da carruagem, a situação vai piorar. Basta avaliar os fatos que nos empurram guela abaixo, deixando de lado a nação brasileira.

LIVRO

Jornal Movimento, uma reportagem

Autor: Carlos Azevedo
Ed. Manifesto

Este livro é fundamental para entender a imprensa alternativa da época da ditadura civil-militar brasileira, pois revive a trajetória do jornal Movimento, que circulou de 1975 a 1981 e foi uma das mais importantes publicações da oposição ao regime. A obra, composta de reportagens de Marina Amaral e Natália Viana, é resultado de uma longa pesquisa feita com consulta a arquivos da época e mais de 60 entrevistas, além de documentos inéditos descobertos pela equipe que participou do projeto.

O livro relata a história desse semanário político que sofreu censura prévia desde a primeira edição. Além de promover campanhas em defesa da democracia, o jornal Movimento realizou a mais completa cobertura jornalística do processo de reanimação das lutas populares nas cidades e no campo brasileiro. Teve destaque na divulgação das greves e da afirmação do movimento operário no ABC e em outras regiões, acontecimentos definitivos para o processo de restauração democrática do país.

FILME

Carregadoras de Sonhos

Deivison Fiúza
SINTESE

O filme Carregadoras de Sonho, do cineasta baiano Deivison Fiuza, apresenta um panorama do sucateamento da educação pública brasileira a partir da realidade de quatro professoras do Sergipe. O longa acompanha o dia-a-dia de Rose, Marta, Maraísa e Edielma, mostrando os diversos obstáculos enfrentados para conseguirem exercer sua profissão, como baixos salários, excesso de trabalho, falta de transporte público e de materiais escolares. Essas verdadeiras heroínas entendem a beleza de sua profissão e o compromisso que têm como trabalhadoras da educação, mas não deixam de exigir condições melhores de trabalho e investimento na qualidade das escolas. O documentário é uma produção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado de Sergipe (Sintese).

Participe do nosso jornal enviando sugestões de pauta. O leitor ou leitora que tiver sua ideia transformada em matéria ganhará um exemplar do livro e uma cópia do filme indicados no mês em que a matéria for publicada.

VIDA CULTURAL no final do Vale

Aqui ao lado, em Guararema, uma escola diferente: a Florestan Fernandes

A meia hora de São José dos Campos está um centro mundial de formação profissional e social conhecido no Brasil inteiro e também na América Latina.

Por Vito Giannotti

Fotos: Marcelo Machado

A biblioteca da ENFF recebe doações. No momento o que mais precisam são livros infantis. Informações pelo e-mail: associacao@amigosenff.org.br

Está aqui, encostada com a gente. A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi inaugurada em janeiro de 2005 e seu nome é uma homenagem ao educador Florestan Fernandes, incentivador do trabalho coletivo, e permanente defensor do ensino público, gratuito e de qualidade para todos. Ela foi idealizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para seus militantes e para todos os trabalhadores interesados em mudar este mundo. É um elemento de formação da militância do MST e outras organizações que lutam por uma sociedade sem injustiças, livre e solidária. A frase mais ouvida é a necessidade da construção de um projeto popular para o Brasil.

A escola promove cursos profissionais sempre acompanhados de fortes doses de formação político-ideológica voltados para os trabalhadores sem terra do Brasil e da América Latina.

Os mais diversos temas e professores

O MST calcula que já tenham passado pelas suas salas de aula mais de 6 mil estudantes em cursos de diversas áreas, como alfabetização, cooperativismo, saúde comunitária, técnicas e planejamento agroindustriais, e outros cursos de nível médio. Os cursos de formação técnica são ministrados pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária (Iterra) e parceiros de universidades como Unicamp, Uerj, UFMG, UFPB entre outras. Além disso, oferece cursos superiores e de especialização, em convênio com mais de 35 universidades, como Direito e Comunicação, e mestrado sobre Questão Agrária, por meio de convênio com a Unesp e a Unesco.

Há muitos amigos e simpatizantes da luta do MST que participam das atividades da ENFF como voluntários. Após passar pela ENFF, os alunos voltam para a sua comunidade rural ou urbana e utilizam na prática o que aprenderam.

Diferente desde a construção até os programas

A escola foi construída graças ao trabalho voluntário de cerca de 1.000 militantes dos movimentos sociais brasileiros que ajudaram a construí-la, cada um doando 60 dias de trabalho, ao mesmo tempo em que faziam cursos de alfabetização e supletivos ao longo da obra.

A filosofia da ENFF é um complemento da ação educativa do MST. Desde a sua fundação, em 1984, o MST construiu 1.500 escolas públicas em assentamentos e acampamentos. Educou, a começar pela alfabetização, mais de 500 mil crianças, adolescentes e adultos. Na Florestan Fernandes recebem-se muitas lições de trabalho, de luta e de vida.

Apoio de muitos amigos

Muitos nomes famosos contribuiram financeiramente para a criação da ENFF. Pessoas que querm um Brasil justo onde todos tenham direito a uma vida digna e onde acabe a secular divisão entre a Casa Grande e a Senzala. Dentre estas personalidades conhecidas estão Sebastião Salgado, José Saramago e Chico Buarque. Há também um apoio de ONGs internacionais humanitárias ou religiosas como a Frères des Hommes, da Suíça, e a Cáritas, da Alemanha.

Mas a grande novidade foi, em 2009, a criação da Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes. Hoje há cerca de 1.000 amigos que contribuem financeiramente com valores variados, a começar por R$ 20, mas acima de tudo divulgam as atividades da Escola e participam de seus cursos como alunos ou professores.

A Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes organiza periodicamente visitas coletivas para quem quer conhecer a Escola

INPA: orgulho da Amazônia

Bosque da Amazônia aproxima INPA da sociedade

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia tornou-se referência mundial em Biologia Tropical realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica

*Por Jorge Lobato**

Divulgação

As pesquisas do INPA contribuem com informações sobre uso sustentável da biodiversidade amazônica

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi criado em 1952 e instalado em 1954 e vem, ao longo dos anos, realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica, contribuindo com informações relevantes sobre os ecossistemas amazônicos, particularmente quanto à origem, preservação e uso sustentável da biodiversidade. Atualmente, o INPA é referência mundial em Biologia Tropical.

Os programas de capacitação oferecem oportunidades para a formação de novos pesquisadores, bem como treinamento de servidores e apoio na participação de eventos científicos. Hoje, o INPA possui mais de 500 bolsistas contemplados pelos vários programas e, aproximadamente, 800 voluntários, que desenvolvem atividades nas áreas de gestão e de pesquisa.

Frente ao desmatamento da Amazônia, são necessárias iniciativas para que o desenvolvimento possa ocorrer sem perda da biodiversidade, preservando os valores social, econômico e biológico da floresta. Até o momento as iniciativas propostas não atendem a escala geográfica da Amazônia nem as demandas dos mercados nacionais e internacionais. Embora o potencial valor dos produtos da biodiversidade, incluindo seus recursos genéticos, seja amplamente reconhecido, este valor ainda não foi mensurado e acaba tendo pouco peso nas tomadas de decisões. Em seus 50 anos, o INPA tem desenvolvido um grande número de estudos sobre a biodiversidade e os ecossistemas amazônicos, produzindo informações que mostram uma riqueza de espécies e uma complexidade de interações bióticas e abióticas extremamente sofisticadas.

INPA deve dar subsídios para orientar políticas públicas

Esta complexidade contribui para a resiliência e resistência dos organismos às mudanças ambientais naturais e antrópicas e, portanto, demandam cada vez mais investigações. Assim, um instituto das dimensões do INPA deve se destacar neste cenário como o mais apto a oferecer respostas à sociedade.

O INPA tem levado a termo diversas ações para investigar o efeito das mudanças causadas pelo homem sobre o meio ambiente e a interação que este tem com o próprio homem. Iniciando pelo estudo de vetores de doenças tropicais, passando por inventários, caracterização de ecossistemas, efeitos de poluentes sobre organismos, investigando o efeito de grandes projetos (hidrelétricas, exploração de petróleo, construção de estradas etc.) sobre a biodiversidade e o meio físico-químico da Amazônia, o INPA desenvolve estudos de pequena, média e larga escala que envolve desde uma espécie até ecossistemas inteiros.

Adicionalmente, também são realizadas pesquisas sobre produção de insumos e de proteína animal e vegetal, além do desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o processamento e manejo dos recursos naturais como um todo, sempre com a preocupação da melhoria da condição humana e da conservação do ambiente.

No campo da inovação tecnológica, o INPA continua estimulando os pesquisadores a identificar entre os resultados de seus trabalhos produtos e processos inovadores passíveis de proteção por meio de patentes. Os processos biotecnológicos gerados pelas atividades de pesquisa e ensino tais como fitofármacos, fitocosméticos, alimentos funcionais, processos moleculares, entre outros, proporcionam uma melhor utilização e conservação dos recursos genéticos da Amazônia.

Além disso, o INPA, assim como as demais comunidades científicas, compartilha das preocupações no que se refere ao aquecimento global e às mudanças climáticas. A Amazônia tem sido considerada responsável por uma parcela expressiva da emissão de gases do efeito estufa. Tanto o desmatamento como qualquer alteração que possa ocorrer em sua biomassa representam aumento nessa emissão, bem como perda da biodiversidade.

Embora ainda recente, os estudos sócio-culturais passaram a ser um foco importante de atenção tanto nos aspectos da produção quanto no da difusão e socialização do conhecimento científico nos módulos de extensão e educação ambiental. Nesse sentido, o INPA vem contribuindo gradativamente com subsídios para a elaboração de políticas públicas socioambientais e educacionais, além de estar cada vez mais atento às responsabilidades sociais da ciência.

Esforço na divulgação das informações científicas

A extraordinária contribuição que o INPA pode proporcionar neste cenário é inquestionável, mas só poderá ser implementada quando a infraestrutura da instituição for adequada para recuperar sua plena capacidade de fazer pesquisas, difusão e socialização do conhecimento sobre a biodiversidade e a sustentabilidade do ecossistema amazônico frente às mudanças globais.

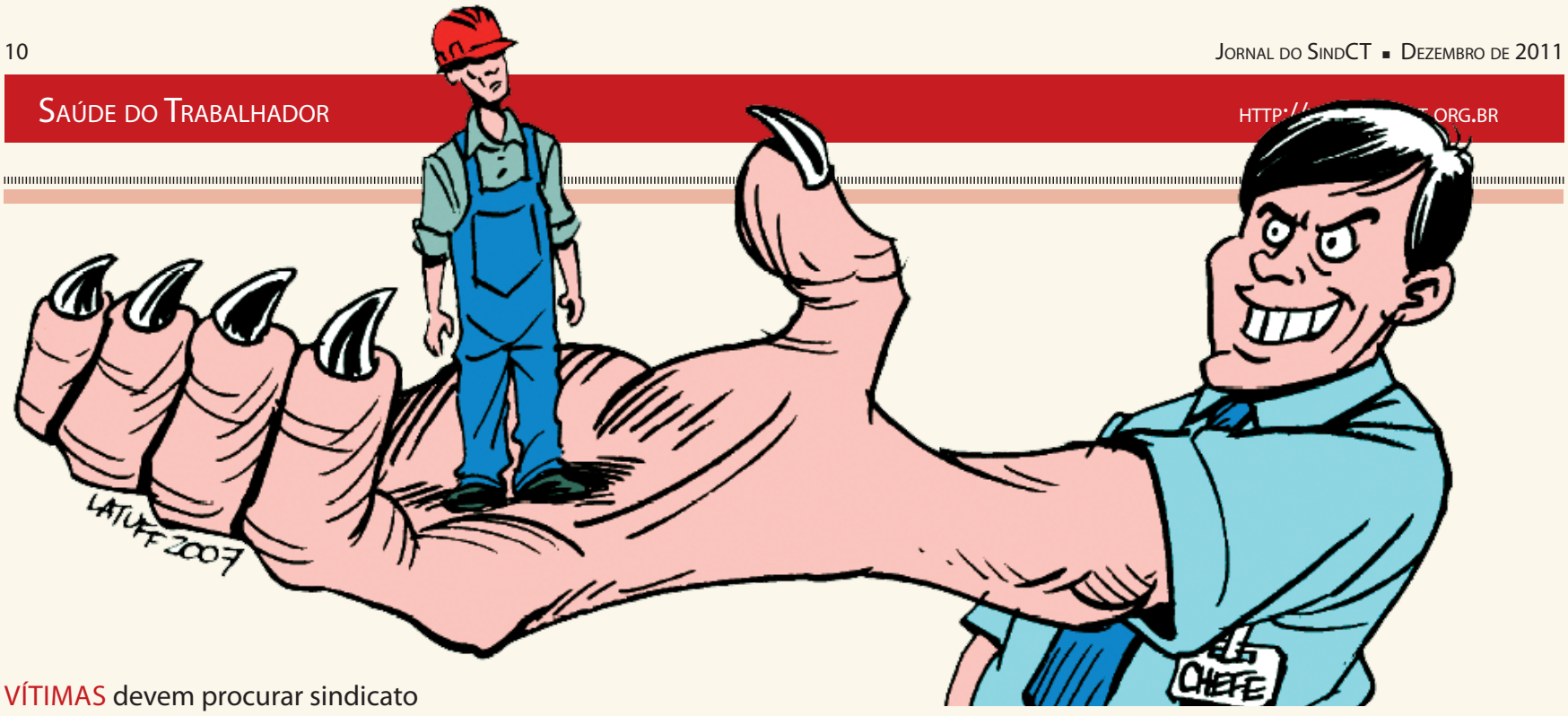
O Instituto tem desenvolvido um esforço significativo voltado à popularização das informações científicas e tecnológicas produzidas pelos grupos de pesquisas e resultados dos trabalhos de pós-graduação. Para isso, produz materiais impressos, como folhetos, cartilhas, manuais, catálogos, livros, cartazes, jogos educativos, entre outros, bem como a realiza oficinas, seminários, congressos e audiências públicas, etc. A participação de profissionais do INPA na mídia tem sido fortemente intensificada, bem como inserção nas discussões técnicas para o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Bosque da Ciência

Como um dos instrumentos para difundir as informações científicas, tecnológicas e as inovações desenvolvidas e aproximar o Instituto da sociedade, o INPA criou, em 1994, o Bosque da Ciência. Mais da metade da área de sua sede, no *campus* principal, foi destinado à visitação pública. O espaço oferece à população uma nova opção de turismo e lazer, ao mesmo tempo em que estimula o interesse dos visitantes pela fauna, flora e questões ambientais dos ecossistemas amazônicos.

Em 2010, o Bosque da Ciência recebeu cerca de 108 mil visitantes. Em 2011, até o mês de outubro, mais de 115 mil visitas foram registradas. As expectativas são de concluirmos o ano de 2011 com mais de 125 mil visitantes, um recorde de visitação no desde a sua criação do espaço.

**Jorge Lobato coordena o Bosque da Ciência do INPA e é diretor do Sindsep-AM*



VÍTIMAS devem procurar sindicato

Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho

O assédio no local de trabalho é uma prática comum em empresas. Os servidores do DCTA e INPE não estão livres desse abuso. O assédio moral, tema ainda não tão difundindo quanto o assédio sexual, muitas vezes é ignorado pelo próprio trabalhador assediado. Porém o assunto deve ser levado a sério.

*Por Fernanda Soares**

Uma equipe de profissionais formados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de São Paulo (USP), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade de Paris mantém um site na Internet (www.assediomoral.org) que se dedica a difundir informações sobre o tema. São médicos, engenheiros e psicólogos preocupados com o bem estar de outros trabalhadores.

O que é?

O grupo define assédio moral como "a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego."

Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização.

A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos pares. Estes, estimulados à competitividade, com medo do desemprego e vergonha de serem também humilhados, rompem os laços afetivos com a vítima e, frequentemente, reproduzem ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando uma espécie de pacto da tolerância e do silêncio no coletivo. Enquanto isso, a vítima vai gradativamente se desestabilizando e fragilizando.

Assédio sexual

O assédio sexual também é um crime praticado contra o trabalhador, porém consiste em manifestações explícitas ou implícitas constantes, de cunho sensual ou sexual, sem que a vítima deseje. Essa atitude pode ser clara ou sutil; pode ser falada ou apenas insinuada; pode ser escrita ou explícita em gestos; pode vir em forma de coação, chantagem ou ameaça.

É importante salientar que não é necessário o contato físico para a caracterização do assédio. E não precisa necessariamente ocorrer no ambiente de trabalho, pode ocorrer durante uma carona ou um almoço, por exemplo. A Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal o artigo 216-A, que criminaliza o assédio sexual nas relações de trabalho e de ascendência, fixando pena de detenção de um a dois anos para o assediador. Diz o artigo: *"Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função".*

O assédio sexual é considerado crime e independe do emprego, cargo ou função. O SindCT sabe o que servidor público não está livre de sofrer assédio seja ele moral ou sexual.

O que a vítima deve fazer?

- **Anotar** com detalhes o assédio: dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do agressor, colegas que testemunharam (quando houver), conteúdo da conversa e qualquer outro detalhe, mesmo que não o julgue importante no momento.
- **Evitar** conversar com o agressor sem testemunhas.
- **Contar** aos colegas de trabalho o que está se passando para obter ajuda e reunir as provas e testemunhas possíveis.
- **Contar** para a chefia hierarquicamente superior ao assediador.
- **Procurar** o sindicato e denunciar para a diretoria, ao departamento jurídico e ao médico do trabalho.

Além das penalidades administrativas e penais que atingem o assediador, é resguardado ao assediado pode buscar judicialmente a reparação do dano sofrido, seja moral ou material, bastando para tanto a comprovação do evento danoso.

Os advogados do SindCT, em causa recente, obtiveram êxito em ação de reparação por danos morais e materiais, de funcionário assediado moralmente. Compelido a cumprir metas, quando não as cumpria ele era vítima de chacotas e humilhações. Após a comprovação do dano, o Tribunal condenou o assediador/instituição a indenizar o assediado em R$ 50 mil, em consonância com o artigo 927 do Código Civil que estabelece que "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

**Colaborou: Dr. Henrique Martins de Almeida, advogado da Sodero Advocacia*

Destacamos aqui trechos importantes do Regime Jurídico Único (RJU):

Art. 116. São deveres do servidor: (...)
IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa; (...)
XI - tratar com urbanidade as pessoas; (...)

Art. 117. Ao servidor é proibido: (...)
IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. (...)

Art. 127. São penalidades disciplinares:
I - advertência;
II - suspensão;
III - demissão;
IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
V - destituição de cargo em comissão;
VI - destituição de função comissionada

Art. 128. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. ***Parágrafo único:*** *O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.*

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: (...)
V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição

MORADIA: para onde vão os removidos?

Justiça ordena desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos

Área que poderia ser da Prefeitura possui mais de 9.500 moradores

*Por Fernanda Soares**

Com quase oito anos de existência e reunindo duas mil famílias (cerca de 9.500 pessoas), o Pinheiro está ameaçado pela ordem de desocupação. Às vésperas do Natal e das festas de fim de ano, a ordem de reintegração de posse expedida pela Justiça pode causar a maior tragédia da história de São José dos Campos.

Valdir Martins, líder comunitário conhecido como Marrom, afirma que eles não têm um 'plano B'. "A única alternativa é resistir. Não tem como elaborar um plano de saída para 9.500 pessoas!", diz. De acordo com o Movimento Urbano Sem-teto – Ocupação Pinheirinho, o lugar já se tornou um bairro, apesar de não possuir nenhuma infraestrutura básica. O terreno está todo edificado, com casas de alvenaria, ruas e avenidas planejadas, pequenos comércios, praças e igrejas. As famílias, em sua maioria, são chefiadas por mulheres e o local abriga cerca de 2.600 crianças (60% dos moradores possui menos de 18 anos).

O Governo Federal já se comprometeu a garantir a construção de casas no local e a Prefeitura participou de várias reuniões para discutir a legalização do bairro.

"Eu tenho que resistir, eu não tenho pra onde ir", desabafa a moradora Joana D´arc Rodrigues de Barros

Apesar da falta de infraestrutura, o Pinheirinho possui casas de alvenaria, ruas e avenidas planejadas, pequenos comércios, praças e igrejas

A quem pertence a terra?

A área do Pinheirinho estava abandonada há mais de 30 anos. As terras pertenciam a um casal de alemães que, na década de 60, foi assassinado. O casal não deixou herdeiros. Estranhamente, em 9 de setembro de 1981, a propriedade aparece em nome da empresa falida Selecta, de propriedade do especulador das bolsas de valores Naji Nahas. Falida em 1991, a Selecta nunca teve funcionários e não tem dívida trabalhista. Só há um credor: a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, há quem a empresa deve R$ 1,5 milhões referente ao IPTU. A Prefeitura Municipal, porém, não tem interesse em tomar posse do terreno para pagamento da dívida.

Desocupação causaria tragédia

Tudo estava caminhando para que o Pinheirinho fosse regularizado e tivesse infraestrutura básica.

A decisão da Justiça surpreendeu a todos. A ordem de desocupação, que deve ocorrer até 30 de dezembro, pode trazer consequências desastrosas, pois o Pinheirinho é o único teto de mais de 9.500 pessoas. Uma desocupação levaria as famílias, com crianças e idosos, a perambularem pelas ruas sem ter onde morar.

Se a liminar for cumprida, as consequências são imprevisíveis. Joana Rodrigues de Barros, divorciada e com dois filhos, nem espera a reportagem do **Jornal do SindCT** terminar a pergunta e vai logo dizendo: "Eu tenho que resistir, eu não tenho pra onde ir". O medo de que se repita em São José dos Campos o que ocorreu em 2005 em Goiânia é enorme. A desocupação ocorrida em Goiânia causou mortes e deixou centenas de feridos.

Moradores reclamam de omissão da Prefeitura

Boletim divulgado pelo Movimento Urbano Sem-teto – Ocupação Pinheirinho afirma: *"O Prefeito Eduardo Cury sempre tratou a situação do Pinheirinho como caso de polícia, e não como um problema social a ser resolvido. Os moradores sempre tiveram de se manter mobilizados para resistir às várias tentativas de desocupação e uma liminar pela derrubada dos barracos. Somente após acordo com o Governo do Estado, a Prefeitura admitiu participar do processo de regularização, fazendo o cadastramento das famílias moradoras. A Prefeitura não pode continuar tratando a questão habitacional com tanto descaso. Além do Pinheirinho há quase 100 outros bairros irregulares em São José. A omissão do Prefeito Cury pode causar uma desocupação violenta, cujas consequências seriam desastrosas."*

**Com informações do Boletim Informativo Movimento Urbano Sem-teto – Ocupação Pinheirinho*

Cerca de 60% dos 9.500 moradores têm menos de 18 anos

Fotos: Fernanda Soares

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL fragilizada com o PNE

Plano Nacional de Educação não contempla reivindicação dos 10% do PIB

Por Marina Schneider

O parecer do relator da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara, deputado Agnelo Vanhoni (PT-PR), apresentado no início de dezembro, fixa o investimento em educação em 8% do PIB. A proposta inicial do PNE, entregue pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010, era de um percentual de 7%. Apesar do aumento estabelecido após as emendas feitas no PNE, a adoção dos 10% do PIB - reivindicada pelos movimentos sociais e entidades estudantis - não foi atendida.

"Fica o entendimento de que o governo propõe 8%, mas incluindo tudo - recursos destinados à educação pública e à educação privada -, significa que na ponta do lápis o que será destinado à educação pública ficariam em 5,7% e 6% do PIB", lamenta Gilmar Soares, secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Ele avalia que houve esforço da Comissão Especial de tentar atender algumas reivindicações, mas a não aprovação dos 10% é um dos pontos que deixam a desejar.

Para Gilmar, outro limite do relatório é o fato de não apontar para um regime de colaboração entre as esferas. "Ele não define as responsabilidades de cada esfera. A União é quem mais arrecada e menos se responsabiliza com a educação básica", critica. Sobre o Sistema Nacional de Educação, ele afirma que vai prevalecer o regime de colaboração, "que submete apenas os estados e municípios ao governo federal". Um dos avanços apontados pelo secretário da CNTE é o estímulo à gestão democrática, com maior atuação do Fórum Nacional de Educação – que poderá analisar e propor a revisão do percentual de investimento do PIB em educação - e a participação da sociedade na construção dos planos estaduais e municipais de educação.

Valorização profissional

O piso nacional do magistério para a educação básica pública, estabelecido por lei, é de R$ 1.187,00. A CNTE defende o piso de R$ 1.597,00, valor 35% maior do que o previsto pelo Ministério da Educação. Além dessa divergência, é alarmante o fato de a maior parte dos estados não cumprirem nem um dos pisos. Segundo Gilmar, apenas três unidades da Federação cumprem o piso da CNTE e nove pagam o estabelecido pelo MEC. Ele avalia que a valorização profissional sai fragilizada com o PNE. O Plano não vincula a previsão mínima do piso aos vencimentos iniciais das carreiras, nos estados e municípios, conforme determina a Lei 11.738 . "Existe a contradição de o governo ter definido o piso nacional e não vincular os recursos", conclui Gilmar, recomendando que haja uma emenda corrigindo essa incoerência.

Márcio Trevisan

Para Gilmar Soares, secretário de Formação Sindical da CNTE houve esforço da Comissão Especial de tentar atender algumas reivindicações, mas a entidade vai continuar brigando pelos 10% do PIB para a educação

Mundo

O NORTE É O SUL: Nossa voz se ouvirá

Latinos e caribenhos criam a Celac, mecanismo de integração regional

Celac pretende definir posições latino-americanas e caribenhas comuns sobre integração e desenvolvimento

Por Claudia Santiago

A Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac) foi fundada em encontro realizado na Venezuela, nos dias 2 e 3 de dezembro, com a participação de 33 chefes de Estado ou representantes dos países da região, dentre estes a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Um passo importante para a criação da Celac foi dado em fevereiro de 2010, no México, quando chefes de Estado e de Governo, reunidos na "Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe", produziram um documento intitulado "Declaração da Cúpula da Unidade". Mercosul, Alba e Unasur já vinham pavimentando o caminho.

A Celac pretende ser um novo mecanismo de integração e cooperação dos países da América do Sul, América Central e Caribe. Além disso, ou talvez, mais importante do que tudo, a Celac pretende definir posições latino-americanas e caribenhas comuns sobre integração e desenvolvimento. A ideia é, também, reforçar a representação da região nos foros internacionais. Estados Unidos e Canadá não participam. Cuba está presente. Encontra-se nos planos da Celac a consolidação do Banco do Sul, visando apoiar e financiar projetos de infraestrutura e de defesa no continente.

De acordo com o jornalista Beto Almeida, membro da Junta Diretiva da TV multiestatal TeleSur, "a Celac vai buscar soluções soberanas, negociadas, democráticas para os grandes impasses da região, seja a questão colombiana, seja a saída para o mar para a Bolívia, ou a integração de países mais frágeis como a Guiana ou Suriname, e também uma solução para retirar o Haiti da imensa miséria em que ainda está imerso".

A Celac herda o capital político acumulado pelo Grupo do Rio, mecanismo presidencial regional, existente há mais de 20 anos, que tem como parceiros comerciais União Européia, Conselho de Cooperação do Golfo, China, Rússia, Canadá, Índia, Japão, Coréia do Sul, Associação das Nações do Sudeste Asiático, Israel, Liga Árabe, G-77, Grupo GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldova), Comunidade dos Estados Independentes (CEI), Austrália, EUA e União Africana.

Para Beto Almeida, a Celac surge como necessidade histórica diante de um cenário internacional de crise crescente do capitalismo. "Uma coordenação sempre mais ampla dos países da Celac com os Brics, conformando uma frente única mundial antiimperialista, desponta-se como necessidade imprescindível diante da agressiva voracidade dos impérios em crise, mas que nem por isso deixam de emitir sinais ameaçadores", afirma Almeida.

Com informações do Itamaraty e Agência Brasil